



Hélder Pires Amâncio



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

hpamancio@gmail.com

Antonella Maria Imperatriz Tassinari



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

antonella.tassinari@gmail.com

DA GRADUAÇÃO À PÓS-GRADUAÇÃO: A EMERGÊNCIA DO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL NA UEM/MOÇAMBIQUE

RESUMO

No presente artigo buscamos compreender a emergência recente da pós-graduação em Antropologia Social na UEM a partir de uma perspectiva histórica. Exploramos as razões/motivações que levaram à sua criação/emergência recente. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação nesta área de conhecimento oferecido em uma instituição pública de ensino superior. Um dos principais argumentos que procuramos evidenciar, e como o título sugere, é que a pós-graduação emerge, por um lado, como continuidade da graduação em Antropologia e possibilidade de formação antropológica dentro do país, com vista a superar a lacuna na produção do conhecimento antropológico existente. Por outro lado, como uma possibilidade de ruptura em relação à dinâmica impressa anteriormente pelo curso de graduação, caracterizada pela rotina na reprodução do conhecimento antropológico através do ensino, no lugar de produção de conhecimento. Assim, a pós-graduação emerge como motor que pretende galvanizar a produção científica no campo da Antropologia em Moçambique, mas também, como uma resposta à demanda por antropólogos no país, quer ao nível das instituições do Estado (instituições de governo e de ensino públicas), assim como, privadas (ONGs, Organismos Multilaterais e Instituições do Ensino Superior Privadas etc.).

Palavras-chave: Ensino de Antropologia. Graduação e Pós-graduação em Moçambique.

FROM GRADUATION TO POSTGRADUATE: THE EMERGENCE OF MASTER IN ANTHROPOLOGY IN EMU/MOZAMBIQUE

ABSTRACT

In this article, we seek to understand the recent emergence of a postgraduate degree in Social Anthropology in EMU from a historical perspective. We explored the reasons/motivations that led to its recent creation/emergence. It is the first postgraduate program in this area of knowledge offered at a public institution of higher education. One of the main arguments that we seek to highlight, and as the title suggests, is that postgraduate studies emerge, on the one hand, as a continuation of Anthropology and the possibility of anthropological training within the country, with a view to overcoming the existing anthropological knowledge gap. On the other hand, as a possibility of rupture in relation to the dynamics previously printed by the undergraduate course, characterized by the routine in the reproduction of anthropological knowledge through teaching, instead of knowledge production. Thus, post-graduation emerges as an engine that aims to galvanize scientific production in the field of anthropology in Mozambique, but also as a response to the demand for anthropologists in the country, both at the level of state institutions (government institutions and public education), as well as private (NGO, Multilateral Organizations and Private Higher Education Institutions, etc.).

Keywords: Anthropology Teaching. Undergraduate and Post-graduation in Mozambique.

Submetido em: 10/03/2019

Aceito em: 03/04/2019

Ahead of print em: 11/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p463-483>



I INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da emergência da pós-graduação em Antropologia Social no ensino superior público moçambicano. Embora a nossa discussão esteja ancorada a um objeto específico que é o ensino e/ou formação antropológica ao nível do Mestrado em uma universidade pública específica, que é a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a questão geral que orienta nossa reflexão é: Porquê e para quê formar antropólogos/as em Moçambique?

O nosso objetivo principal com este artigo é apresentar as razões/motivações que embasam a criação/emergência de uma pós-graduação em Antropologia Social na tentativa de compreender os fundamentos que justificam a formação de antropólogos/as no país com base na história da disciplina especialmente no período pós-independência (1975). Partimos do pressuposto de que a abertura deste curso sinaliza algo que deve ser compreendido e que colocamos em jeito de interrogações, ainda que sem pretensão de respondê-las completa e definitivamente: Porquê uma pós-graduação em Antropologia Social em Moçambique? O que significa a abertura deste curso? Qual é o lugar da Antropologia no contexto das Ciências Sociais em Moçambique?

Os dados que servem de base para a nossa reflexão e análise aqui resultam de uma pesquisa qualitativa (entrevistas narrativas e pesquisa bibliográfica e documental) realizada pelo autor principal do texto cuja orientação da mesma é feita pela coautora. As entrevistas narrativas foram conduzidas¹ junto à alguns professores de Antropologia e estudantes moçambicanos da primeira edição do Mestrado (2016-2018) e a análise de documentos e da literatura existente relacionada à História do país, das Ciências Sociais (com foco para a Antropologia) e do seu ensino em Moçambique, mas também, em outros contextos nacionais – como o Brasil.

Para a escrita deste texto procuramos valorizar a produção de autoras/es moçambicanas/os e uma abordagem que se inscreve no que consideramos aqui de Estudo Social Crítico e Interdisciplinar do Ensino Superior², cruzando referências de diferentes áreas disciplinares (História, Antropologia, Sociologia, Educação entre outras), pois, como argumenta Patrício Langa (2014, p.371) “os estudos do ensino superior³, como uma área e objeto de estudo, não se reduzem a uma disciplina. Os estudos do ensino

¹ Em 2018. As entrevistas com os estudantes não são usadas aqui, pelo tipo objeto e espaço de reflexão.

² Embora Patrício Langa (2014, p.368), faça uma distinção entre o estudo de uma ou várias disciplinas de especialidade que o ensino superior oferece e o estudo do ensino superior em si próprio como uma “instituição social, área de conhecimento e campo de investigação”, entendemos que o estudo de um campo disciplinar/curso dentro do ensino superior faz parte deste campo de estudos.

³ Patrício Langa (2014, p.367), argumenta que os escritos neste campo são escassos e que “o conhecimento do e sobre Ensino Superior em Moçambique limita-se e confunde-se com a narrativa descritiva do seu desenvolvimento histórico-institucional”. Segundo este autor, isto resulta numa abordagem que deriva de duas principais fontes de autoridade e legitimação: 1- As várias formas de participação nos processos do ensino superior (docência, investigação e governação universitária); 2- A formulação de políticas públicas e governação do sistema do ensino superior. A tese central do autor neste artigo é que, “o fundamento do

superior são fundamentalmente uma área multidisciplinar e convocam várias disciplinas que se engajem em processos de interdisciplinaridade”. Esta abordagem serve como estratégia de contorno à persistência eurocêntrica de que fala Maria Paula Meneses (2016) e outras/os autoras/es.

Defendemos que, para compreender o porquê e para quê da formação de antropólogos e da criação de uma pós-graduação em Antropologia é necessário fazer um recuo histórico e olhar para a trajetória sociopolítica do país e histórica da disciplina, especialmente após a independência, em 1975. Na nossa visão, a emergência da pós-graduação em Antropologia, não poder ser compreendida apenas com os olhos postos no presente. Isto não significa, porém, que a história explique tudo, mas, que ela é fundamental para compreender os processos de construção da Antropologia e os caminhos da sua institucionalização e consolidação em Moçambique conforme igualmente argumentaram os editores da revista GAZETA de Antropologia:

A timidez da disciplina antropológica em Moçambique, o seu carácter discreto, domínio ainda mal conhecido, só pode ser compreendido se tivermos em conta o percurso histórico do seu surgimento depois da independência. Severamente banida, porque conotada como arma de arremesso do poder colonial⁴, revitalizada com o falhanço dos projectos sociais e económicos no mundo rural, torna-se hoje uma área importante quando se pretende compreender a realidade social do nosso país, fundamental quando se procura a todo o custo, por via da engenharia social, introduzir novas lógicas (GAZETA, 2008, p.7).

O presente artigo está estruturado em 4 pontos: 1. Introdução: onde apresentamos o objetivo e objeto da nossa reflexão, bem como a abordagem que procuramos seguir; 2. Antropologia em Moçambique: seção onde descrevemos a trajetória da disciplina no contexto pós-independência; 3. Do ensino da antropologia em diferentes cursos à criação da graduação na UEM: refletimos sobre o processo da institucionalização do ensino da Antropologia; 4. Da graduação à pós-graduação, seção na qual apresentamos o contexto e as razões de emergência da pós-graduação (Mestrado).

conhecimento do e sobre o ensino superior em Moçambique, desde a sua constituição, assenta mais numa base experiencial, normativa-regulativa e menos numa base académico-científica sobre a instituição social do ensino superior”. Por outras palavras, o autor defende que “o desafio primordial do ensino superior em Moçambique consiste no estudo das condições sociais em que este se constitui como tal e em que opera” (idem, *ibid*). Portanto, o campo dos Estudos do Ensino Superior em Moçambique está ainda em processo de sua constituição/emergência e a sua consolidação no país constitui igualmente um desafio (idem, p.367). E, no livro *Higher Educational in Portuguese speaking Countries* publicado em 2013 Patrício Langa refere que os países falantes de língua oficial portuguesa-PALOP (no caso africanos) tem sido de modo geral negligenciados na literatura sobre os estudos do ensino superior (LANGA, 2013, p.1).

⁴ Como observou o antropólogo camaronês Paul Nchoji Nkwi “no começo da ordem colonial, a antropologia na África – como o estudo das culturas humanas e dos povos – refletiu amplamente a visão dos de fora do continente. Levaria muitas décadas para os africanos articularem uma visão sobre si mesmos em relação àquele mundo externo” (NKWI, 2012, p.223). Os fundamentos dessa inicial estavam, portanto, presentes nos discursos políticos coloniais. Nesse sentido, sua práxis era coerente com os interesses do sistema (MAZULA, 1995, p.66-67).

2 ANTROPOLOGIA EM MOÇAMBIQUE NO PÓS-INDEPENDÊNCIA: DA RELATIVA MARGINALIZAÇÃO⁵ AO SEU RESGATE

A Antropologia em Moçambique está por razões históricas vinculada à UEM e ao Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA), este último pertencente a esta universidade. Mais tarde surgem outros centros interessados em Antropologia, especialmente nos finais dos anos 1980 e inícios de 1990, na Universidade Pedagógica (UP) e no antigo Arquivo do Patrimônio Cultural, atual Instituto de Investigação Sociocultural (ARPAC).

A UEM herdou a tradição antropológica do então Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM)⁶, que era o único que realizava pesquisa empírica nas áreas de Antropologia, História e Linguística, voltada à realidade moçambicana⁷. Com a independência de Moçambique, o IICM é integrado a UEM. Nesse novo contexto, a investigação em Ciências Sociais se dissolve no IICM e é integrada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), que nasce em 1976 (FERNANDES, 2011, p.45). Ana Loforte (2008, p.8) refere que, “nessa altura [1976] praticamente não se falava da necessidade de realizar estudos(...) antropológicos por parte dos moçambicanos, embora tivesse havido algumas pesquisas anteriormente feitas, sobretudo, no contexto da administração colonial”⁸.

O DAA nasce ligado ao então IICM. De acordo com o arqueólogo Ricardo Teixeira Duarte (1988, p.69), em 1973 foi criado no IICM, o Centro de Arqueologia e Pré-Histórica, este estava dependente do Departamento de Ciências da Terra (DCT), um dos que faziam parte do IICM⁹. Com a extinção do IICM após a independência, o referido Centro de Arqueologia e Pré-História ficou subordinado ao CEA com o nome Secção de Arqueologia (SARQ), posteriormente transportado para a Faculdade de Letras da UEM passando assim a designar-se Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA)¹⁰. Ana Loforte

⁵No período pós-independência, a antropologia numa primeira fase sofreu uma relativa marginalização. Ela não esteve no conjunto das ciências sociais que são “adoptadas” pelo novo regime como referências para a construção do novo poder. Ela foi vista por alguns sectores como a ciência filha do colonialismo. Mas, na segunda metade dos anos 80, aos poucos, a antropologia começa a recuperar o seu lugar e começa a ser convidada a dar, cada vez mais, a sua contribuição para o desenvolvimento do país” (MARIANO, 2017, p.21).

⁶ Criado em 1955, antes da fundação do Ensino Superior em Moçambique/UEM (1962).

⁷ Podemos então afirmar, a partir desses dados e do argumento de Carlos Fernandes (2011, p.49) em sua tese, segundo o qual “até finais dos anos 50 não havia ainda instituições viradas exclusivamente para a pesquisa em Ciências Sociais” em Moçambique, que a institucionalização da Antropologia em Moçambique se dá com o advento do IICM.

⁸ Como também argumenta em entrevista a antropóloga moçambicana Esmeralda Mariano “por motivos políticos e ideológicos vigentes, após a independência, o CEA não incluiu nas suas disciplinas a antropologia” (MARIANO, 2017, p.20).

⁹ No âmbito deste projeto “Origens Urbanas na Costa Oriental de África” o Departamento de Arqueologia e Antropologia realizou de 21 a 24 de agosto de 1990 um Seminário de Antropologia na UEM. Nele participaram investigadores dos países que integravam o projeto, nomeadamente: Comores, Tanzânia, Quênia, Zimbabwe e Madagáscar. O principal objetivo deste seminário era discutir o papel da Antropologia e outras Ciências Sociais no projeto. Os temas de discussão eram: Tipos de povoamento; Organização Social; Cultura Material, Sistemas de Produção e a metodologia de trabalho consistiu na discussão dos temas em sessões plenárias de manhã e de tarde durante todos os dias de sua realização (DAA, 1990).

¹⁰ A junção da Arqueologia e Antropologia no mesmo Departamento está, por um lado ligada a própria dinâmica histórica de constituição de ambas como disciplinas científicas autónomas no pós-independência, mas também, como aponta Ricardo

argumenta que, inicialmente a componente mais importante do DAA era a Arqueologia¹¹ com financiamento da SAREC¹² que incidia principalmente sobre esta área de pesquisa:

Os antropólogos eram uma minoria, houve uma tentativa de realizar pesquisas conjuntas: no âmbito do projecto sobre as origens urbanas em África, conduzido na zona Norte de Cabo Delgado e em Inhambane no distrito de Vilanculos - Chibuene. Na altura foi intensa a ligação entre as duas áreas (Arqueologia e Antropologia) durante o funcionamento deste projecto. Mais tarde, nos anos 90 desenvolveram-se outros projectos conjuntos também com financiamento SAREC virados aos estudos das comunidades costeiras de Moçambique, sobre a utilização do espaço marítimo e costeiro com pesquisas arqueológicas e inquéritos às populações em relação a utilização desses mesmos espaços, seu impacto em termos de nutrição, estratégias de sobrevivência e o papel das mulheres na produção pesqueira de pequena escala (LOFORTE, 2008, p.9).

No discurso do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, proferido em 1976 no âmbito da comemoração do dia internacional do trabalhador (1º de maio) e de atribuição de novo nome à Universidade do Maputo que passou a designar-se Universidade Eduardo Mondlane, o presidente afirmou que: “É tarefa da Universidade mergulhar as suas raízes na realidade nacional, procedendo de forma sistemática e organizada à investigação e recolha do nosso património histórico, cultural, artístico, científico e técnico” (MACHEL, 1976, p.19). O CEA surge em parte como resposta a este desafio que se colocava ao país, de produzir conhecimento sobre a realidade social moçambicana.

Entretanto, embora houvesse uma abertura para as Ciências Sociais e Humanas de um modo geral como mostra este discurso do presidente Samora, a visão que se tinha da Antropologia era negativa, porque conotada com o colonialismo. Como argumentou Ana Loforte:

Havia todo um posicionamento contra a Antropologia em Moçambique, pelo fato de ser uma disciplina muito ligada à colonização e havia, quer da parte mesmo de alguns docentes e investigadores da nossa universidade, mas mesmo em termos do próprio poder político, uma certa rejeição da ciência antropológica porque muito ligada ao colonialismo então havia todo um posicionamento no sentido de esta é uma ciência que serviu a administração colonial e não

Teixeira Duarte (1985, p.25), à maximização de recursos logísticos e das condições de trabalho, dado que ambas as disciplinas necessitam de longas estadias no terreno e complementaridade da informação e análise. Internamente o Departamento funciona com duas secções uma para cada área de conhecimento: secção de Arqueologia e secção de Antropologia, tendo cada uma delas um chefe de secção e um diretor de curso da graduação em Antropologia criado em 1999 e graduação em Arqueologia e Património Cultural criado em 2011, porém o Departamento possui um diretor, atualmente o arqueólogo Professor Doutor Hilário Madiquida.

¹¹ Por esta razão é que o Departamento é de Arqueologia que aparece em primeiro plano e depois Antropologia. Esta sequência reflete essa história de ambas as disciplinas no país.

¹² Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries (Agência Sueca para a Cooperação na Pesquisa com os Países em Desenvolvimento). Segundo o Relatório de Arqueologia (1985) referente ao projeto 04- SAREC- Arqueologia, produzido pelo DAA e financiado por esta agência sueca, “desde 1978 que no âmbito dos programas da Universidade Eduardo Mondlane – Departamento de Arqueologia e Antropologia, se tem desenvolvido o projecto de levantamento arqueológico do país” (DAA, 1985, p.2). O DAA nessa altura era o único e continua sendo, que realiza trabalhos de investigação no domínio da arqueologia. Assim como a Antropologia, “durante o período colonial, embora tivessem sido efetuados alguns trabalhos de investigação arqueológica, o desenvolvimento desta ciência não fazia parte dos interesses da administração portuguesa, aparecendo até a bem poucos anos o território moçambicano como um espaço em branco em todas as tentativas de reconstituição global de uma história de África, da parte Austral, deste continente, ou de uma compreensão dos contactos entre os diversos povos do Oceano Índico” (DAA, 1985, p.4). Os poucos trabalhos realizados tanto na Antropologia, quanto na Arqueologia estavam voltados, mais aos interesses do poder e administração colonial que justificassem a inferioridade dos africanos e a colonização, do que no conhecimento de fato da realidade social local.

podemos imaginar como é que este tipo de ciência se pode consolidar em Moçambique tendo em conta toda uma série de pressupostos, toda uma série de contributos que a Antropologia foi dando à própria empresa colonial. Portanto, era digamos assim uma posição de muita tensão, de muito antagonismo relativamente à Antropologia quando nós pretendíamos afirmar a disciplina em Moçambique, em termos de investigação, em termos de formação nesta área (Ana Loforte, Entrevista em 05/04/2017)¹³.

Este olhar à Antropologia como uma ciência colonialista articulada com adoção de uma estratégia de desenvolvimento socialista de orientação marxista-leninista pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que tinha como lema “matar a tribo para fazer nascer a nação”, levou a uma relativa marginalização¹⁴ da Antropologia no pós-independência. Ana Loforte argumenta que:

Na altura muitas das investigações no domínio das ciências sociais concentravam-se no CEA, sendo as áreas de pesquisa bem definidas e ligadas ao trabalho migratório, a problemática do desemprego, das cooperativas, a questão da Rodésia, deixando à margem as pesquisas antropológicas. Durante algum tempo realmente a antropologia foi marginalizada (LOFORTE, 2008, p.9).

A antropóloga moçambicana Alcinda Honwana (2002, p. 183) argumenta que a orientação marxista da FRELIMO, baseada numa visão materialista da realidade, “favorecia a rejeição dos valores sociais e culturais da sociedade tradicional”, uma vez que o projeto da FRELIMO era a construção de uma sociedade nova, de um homem novo, de relações novas e modernas, portanto, sem discriminação racial, regional, tribal etc., em oposição ao colonialismo, capitalismo e tradicionalismo.

Neste sentido, a tradição afirma Honwana (2002) era vista pela FRELIMO como estática/estagnada, não-dinâmica/imutável e consequentemente adversária da modernidade. Na mesma linha argumentava o antropólogo moçambicano Cristiano Matsinhe:

A FRELIMO ascende ao poder numa altura de agudização de tensões a nível internacional, com o recrudescer da “guerra fria”, que implicava a divisão do mundo em blocos, “socialista” e “capitalista”. Como tributo a todo o apoio recebido durante a fase de luta armada da parte dos países com tendências socialistas, nos primeiros anos pós-independência, sob liderança da FRELIMO, Moçambique declara-se uma nação socialista de orientação marxista-leninista e passa a assumir um conjunto de posturas ideológicas e governativas na maior parte das vezes bastante radicais, visando promover, com urgência, o “desenvolvimento via socialismo científico” e a partir de uma perspectiva utópica, como no exemplo em que se declarou que o período de 1980 a 1990 como a “década da vitória sobre o subdesenvolvimento” (MATSINHE, 2005, p.,29).

Segundo Matsinhe (2005), no contexto de um sistema político monopartidário daquela altura, onde quaisquer margens de diferença de opiniões eram intoleráveis e, no afã de construção do que a

¹³ Entrevista realizada por Hélder Amâncio nos escritórios da WLSA-Moçambique.

¹⁴ Relativa marginalização, porque apesar da negação da disciplina pela sua associação ao colonialismo e de uma orientação político-ideológico que contraditoriamente reconhecia e simultaneamente negava a diversidade cultural, havia nesse ambiente indivíduos e instituições que realizavam pesquisa antropológica, tais como o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, o Arquivo Histórico, o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE), a Direcção Nacional de Habitação. Nesse âmbito, algumas investigações foram realizadas pelos antropólogos portugueses Joaquim Segurado, José Fialho e Eduardo Medeiros (LOFORTE, 1987, p.64).

FRELIMO considerava ser uma nação socialista moderna, sem tribalismo, sem discriminação racial, sem regionalismo e não obscurantista, de erradicação do tradicionalismo,

(...) embarcou-se em políticas de ostracização e aniquilamento de todos os aspectos que pudessem representar resquícios de “um passado colonial” e “tradicional” com o qual se queria, a todo o custo, romper, uma perspectiva que aspirava dismantelar as estruturas de funcionamento do sistema colonial e tradicional “retrógrado” para implantar o “novo” sistema socialista (idem, p.30).

O autor argumenta ainda que, o combate a todos os “ismos” que compunham o considerado retrógrado e parte de um sistema colonialista capitalista decadente passou pela ênfase do português como língua oficial e proibição das inúmeras línguas nacionais em espaços públicos e oficiais. “A ideia era desencadear o processo de mudança e modernização através da educação, tendo sido promovidas campanhas de massificação do ensino primário, incluindo programas de alfabetização e educação de adultos” (idem, *ibid.*).

Como podemos ver a partir dos argumentos expostos, o Estado-Nação socialista que se pretendia construir nessa altura, designado pelo filósofo moçambicano Severino Ngoenha (2010, p. 16) como Estado da primeira República, “era habitado por tradições intrínsecas que acabaram anulando a grandeza dos objetivos precedentemente anunciados”.

O antropólogo moçambicano Johane Zonjo (entrevista em 03/04/2018)¹⁵, refere que não chega a haver uma proibição formal da Antropologia em Moçambique, mas, é esta orientação que a FRELIMO assume e a conotação negativa da disciplina com o colonialismo que vai justificar uma certa negação da Antropologia no pós-independência.

O cenário de relativa marginalização da Antropologia começa a mudar a partir dos anos 1980. O Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia realizado em Maputo, nas instalações da UEM de 3 a 9 de março de 1982¹⁶, constituiu um marco importante nesse processo de mudança ao estabelecer através do debate sobre a importância da disciplina antropológica o seu (re) nascimento em Moçambique no pós-independência.

¹⁵ Entrevista realizada por Hélder Pires Amâncio no DAA, onde Johane Zonjo é professor e nos últimos anos vem produzindo e sistematizando informações sobre a História da Antropologia em Moçambique, disciplina que vem lecionando e cujo material está ainda em (des)construção. O diálogo com o professor Zonjo tem sido bastante frutífero para a pesquisa que realizo sobre a mesma temática.

¹⁶ Neste mesmo ano, em agosto tem lugar a *Conferência de Peritos sobre as Ciências Sociais em África Austral*, que constituiu a primeira tentativa conducente à formação e investigação integrada em Ciências Sociais na UEM, patrocinada pela UNESCO. “Nessa conferência estabeleceram-se as primeiras ideias pela unificação do ensino e formação em Ciências Sociais que iria enquadrar-se no processo geral da revisão curricular que desde esse ano se iniciaria na UEM e que iria culminar em 1985 com a criação de vários cursos e novos currículos. Razões circunstanciais impediram que o projecto fosse avante e só dez anos passados, em 1992, um grupo de docentes da UEM reencetou o processo de discussão que culminou com o Seminário de Março de 1993 em que foi decidida a criação da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) e a abertura, no ano lectivo de 1995/96, do Bacharelato de Ciências Sociais que seria seguido mais tarde 1997/98, pela criação de licenciaturas especializadas nessa área tal como previsto nos planos iniciais” (PCBCS, 1998, sem página).

Organizado pelo DAA, o mesmo teve lugar num contexto em que, as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento educacional e de todas as forças produtivas (DOG¹⁷, 1987, p.146). Nas palavras da antropóloga moçambicana Ana Maria Loforte¹⁸, este seminário:

(...) foi um marco em termos da criação do Departamento de Arqueologia e Antropologia, porque a Arqueologia já existia, mas, a componente antropológica surgiu depois deste seminário. E, foi um seminário também com muito debate, muita polémica, porque, alguns dos participantes não concordavam com a importância da Antropologia, pela sua associação ao colonialismo, à ciência colonial que contribuía para a opressão dos povos e que inclusivamente, havia um investigador que dizia, pois é, estes antropólogos vêm para cá e tentam etnografar a população moçambicana e, portanto, havia uma crítica séria em relação à Antropologia (Ana Loforte, entrevista em 06/12/2017).

Ana Loforte (2008, p.9), argumenta que este seminário visava lançar as bases da Antropologia em Moçambique, discutir sua importância e apontar áreas temáticas de pesquisa. Este argumento aparece colocado nas reflexões feitas pelo antropólogo português José Fialho (1987, p. 14), em torno de “Alguns dados sobre a Antropologia em Moçambique” nas quais, ele retoma que um dos principais objetivos da realização deste 1º Seminário de Antropologia era “fazer o ponto da situação dos trabalhos feitos nestas áreas e, concomitantemente, avaliar o seu interesse e o seu desenvolvimento em Moçambique, no âmbito da investigação e do ensino”. Porém, esta questão/necessidade argumentou o autor, se colocou em função dos moçambicanos e dos seus projetos de desenvolvimento, por isso, era importante fazer tal avaliação, para “medir a importância do papel da metodologia antropológica na leitura do real actual, no sentido das transformações planificadas” (idem, *ibid.*).

No entanto, José Fialho (1987) refere que as grandes objeções à Antropologia e ao seu interesse naquele momento em Moçambique, se colocaram precisamente nesse campo. Primeiro, porque o entendimento que se tinha é de que ela esteve historicamente comprometida com o colonialismo português e também de forma contínua e decisiva com o *apartheid* na África Austral. Muitos dos estudos etnográficos realizados até então tinham sido encomendados pela administração colonial e possuíam o carácter de relatórios e pequenas monografias, cujo objetivo era conhecer a realidade social para melhor administrar e, eventualmente com fins simultaneamente folclóricos. Segundo, pelo fato de a Antropologia ter historicamente por objeto os chamados “povos primitivos” a questão crucial que se colocava e que se deveria enfrentar era: qual a finalidade do estudo das relações tradicionais, quando o projeto moçambicano visava a construção de relações novas ou se quisermos do “homem novo”? (FIALHO, 1987).

Embora este Seminário Interdisciplinar de Antropologia tenha marcado o (re) surgimento da disciplina no pós-independência em Moçambique, Ana Loforte argumenta que o salto relativamente à sua

¹⁷ Documentação de Orientação Geral que consta da *Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*. N°2, Maputo: DAA/UEM, 1987.

¹⁸ Entrevista realizada por Hélder Amâncio e Vera Gasparetto nos escritórios da WLSA-Moçambique.

aceitação se dá nos meados dos anos 1980¹⁹, com o fracasso dos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado moçambicano dirigido pela FRELIMO que não tiveram em conta a diversidade da realidade sociocultural, como argumenta:

Digamos que o salto relativamente a uma certa aceitação da Antropologia em Moçambique, surgiu por parte de um certo insucesso, por parte de um malogro de alguns projetos de desenvolvimento em Moçambique, nomeadamente ligados às Aldeias Comunais²⁰, Desenvolvimento Rural, alguns projetos de Desenvolvimento que não conseguiram atingir os resultados pretendidos, os objetivos preconizados por que de fato não se conheciam profundamente os hábitos culturais das populações que eram ou deveriam de fato ser sujeitos desses projetos de desenvolvimento, porque, havia um desconhecimento total sobre a própria visão de mundo destes grupos étnicos, as suas próprias concepções sobre o que poderia ser um determinado projeto a ser implantado no local onde estavam. Então, podemos dizer que foi um pouco este reconhecimento de que havia alguns aspectos que deveriam ter sido acautelados na altura da implementação desses mesmos projetos, melhor conhecimento sobre o modo de vida destas populações que de certa maneira despertou a atenção sobre a necessidade de realizar esses mesmos estudos e houve exemplos muito concretos de projetos que foram realizados, por exemplo, pelo professor Adolfo Yáñez Casal²¹ nas Aldeias Comunais. Ele esteve durante algum tempo a trabalhar junto da Comissão Nacional das Aldeias Comunais que demonstraram a necessidade de realizar de fato estudos antropológicos junto dessas comunidades antes de desenhar e implementar determinados tipos de projetos. Então, foi um pouco de fato fruto desta situação que se começou a reconhecer a importância da investigação antropológica (Ana Loforte, entrevista em 05/04/2017)²².

Nesta mesma linha de argumentação, exposta de forma um tanto diferente, Ana Loforte disse em uma entrevista concedida à Gazeta de Antropologia do DAA/UEM, publicada em 2008, que nestes projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado moçambicano após a independência:

Não se teve em consideração os problemas multifacetados que os projectos de desenvolvimento acarretam, suscitando questões de formulação delicadas e soluções atentas à realidade sociocultural. De facto, na implementação de determinados projectos não foi tida suficientemente em consideração a maneira de estar e de viver, os hábitos e costumes das populações, a diversidade das suas formas mentais, sociais e políticas. Foi o insucesso desses projectos que nos apoiou, de certa maneira, e evidenciou o papel da antropologia e da própria sociologia em relação às questões do desenvolvimento. É verdade que fomos fazendo algum trabalho, dávamos algumas aulas, mas éramos vistos um pouco como esses “bichos raros” à procura do “exótico”, que se interessavam por questões que realmente não faziam muito sentido em Moçambique (LOFORTE, 2008, p.9).

As mudanças na abordagem por parte do Estado moçambicano nestes anos são apontadas igualmente por Alcinda Honwana (2002, p.173-174) ao argumentar que, “em finais dos anos 80 e início

¹⁹ De acordo com Esmeralda Mariano “...entre os anos 1975 a finais dos anos 80, quando a disciplina se encontra marginalizada, constatamos a existência de uma literatura que procura vincar o papel e a importância da antropologia no país bem como outros estudos sobre os aspectos da vida urbana e sua relação com o meio rural, referentes à vida das populações em Moçambique” (MARIANO, 2017, p.20).

²⁰ As aldeias comunais foram, espaços criados nos anos imediatamente subsequentes a independência de Moçambique, “com modos de produção comunais, visando o desenvolvimento socialista das zonas rurais” (HONWANA, 2002, p.172).

²¹ Outros pesquisadores foram convidados pelo Estado a desenvolver pesquisas antropológicas nesses anos, foi o caso de Christian Geffray que desenvolveu uma pesquisa sobre as origens e o processo da chamada guerra civil em Moçambique e as consequências da política agrícola do governo a oeste da província de Nampula, no Norte de Moçambique (HALKES & OPPPEWAL, 1989, p.14).

²² Entrevista realizada por Hélder Amâncio nos escritórios da WLSA-Moçambique.

dos anos 90, a Frelimo optou por uma linha mais moderada, tornando-se mais tolerante para com as instituições tradicionais²³. Embora não tenha anunciado publicamente uma mudança de política, as atitudes do poder estabelecido relativamente à tais questões tornaram-se claramente diferentes²⁴.

3 DO ENSINO DA ANTROPOLOGIA EM DIFERENTES CURSOS À CRIAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Apesar do reconhecimento que Antropologia começava a ganhar enquanto ciência social importante para o desenvolvimento do país, Ana Loforte²⁵ (entrevista em 05/04/2017) refere que, para fazer investigação era necessário também formar quadros moçambicanos que fossem sensíveis às questões sociais. Não só que pudessem levar a cabo esses mesmos projetos de desenvolvimento, mas também, que se produzisse um maior conhecimento sobre as realidades socioculturais. Foi assim que, segundo ela, começou a haver por parte de algumas instituições do Estado a preocupação em ter em conta o trabalho dos antropólogos e a formação antropológica. Nesse sentido, a antropóloga conta que:

Em termos de ensino, mesmo antes do ensino da Antropologia nas Universidades eu lembro que nós lecionamos alguns módulos na então Escola de Estado e Direito²⁶, que era uma escola que fazia a formação dos administradores distritais, uma escola que pertencia ao Ministério da Administração Estatal, lecionávamos, portanto, Antropologia Cultural, sobretudo. Mais tarde começou-se a digamos a institucionalizar o ensino de Antropologia em algumas instituições do Ensino Superior, portanto, a nível da UEM na faculdade de Letras como uma cadeira em cursos como de Linguística e Literatura, História, na Faculdade de Direito também tínhamos disciplina de Antropologia²⁷, na Faculdade de Medicina e outras instituições do ensino superior, como por exemplo na Universidade Pedagógica, em instituições do ensino privado t no ISCTEM²⁸ e, também na Universidade Politécnica. Portanto, a pouco e pouco, foi se desenvolvendo o ensino

²³ Por isso, faz todo o sentido a observação de Mariano (2017, p.20) de que, “dos anos 90 em diante, encontramos muita produção virada para as questões de desenvolvimento, de cultura e identidade, das autoridades tradicionais e religiosas, de saúde e doença, da educação, família e parentesco, de economia, de gênero, corpo e sexualidade, das questões ambientais e ecologia, etc. Pode-se dizer que o campo da antropologia cobre uma gama de áreas de políticas públicas em implementação no país”.

²⁴ Esta mudança não se deu por acaso, mas porque a atitude anti-tradicionista da Frelimo implicou na redução do apoio popular a ela, especialmente nos períodos difíceis de crise económica e social generalizada dos anos 80. E também, porque apesar da rejeição dos valores tradicionais as pessoas não deixaram de realizar suas práticas, ainda que clandestinamente, como foi o caso da procura da perícia dos médicos tradicionais (HONWANA, 2002, p.183).

²⁵ Entrevista realizada por Hélder Amâncio no dia 05/04/2017 nos escritórios da WLSA-Moçambique.

²⁶ Ana Loforte refere em entrevista concedida a Hélder Amâncio e Vera Gasparetto em 2017, que esta escola se inspirou na tradição colonial dos administradores: “muitos deles eram antropólogos e tinham a necessidade de conhecimento sobre as populações nos locais onde exerciam a atividade de administração colonial. O próprio Jorge Dias é uma referência grande em termos do conhecimento sobre os Macondes [grupo étnico do Norte do país], para o qual a administração colonial encomendou esse estudo para melhorar sua penetração no território, melhorar o conhecimento desta população, numa altura em que estava surgindo a luta armada. A partir do debate reconheceu-se a necessidade de conhecer as populações que iriam administrar e governar e, portanto, começou a surgir a Antropologia Cultural na Escola de Estado e Direito. Surgiram necessidades ou demandas dos Ministérios, também ligadas a projetos. Alguns estudos antropológicos foram feitos para a antiga Direção Nacional da Habitação, e tinham a ver com a implantação das Aldeias Comuns em diferentes zonas do país”.

²⁷ Infelizmente foi retirada do âmbito da reforma universitária conforme se pode observar no catálogo dos cursos de graduação da UEM disponível em: https://admissao.uem.mz/images/documentos/Catalogo_dos_Cursos_2016.pdf

²⁸ Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique.

da Antropologia ainda numa primeira fase como uma disciplina, uma cadeira nos diferentes cursos, segundo os próprios planos de estudo desses mesmos cursos. A determinada altura e também fruto da própria formação que começou a surgir por parte de alguns quadros, alguns docentes do Departamento de Antropologia, que fizeram formação em França, Portugal, Reino Unido e também a vinda de alguns antropólogos que realizavam estudos em Moçambique no âmbito da Antropologia, começou-se a desenvolver a ideia da criação de uma Licenciatura em Antropologia. Isso coincidiu também com a extinção da UFICS²⁹ e o surgimento da FLCS³⁰, portanto, começa a surgir um curso de Antropologia, paralelamente aos cursos de Ciência Política, Administração Pública e etc. É a partir da criação dessa Licenciatura em Antropologia que, digamos assim começam a surgir os cursos, começa também a ser reconhecida a necessidade de formar antropólogos para não só podermos ter um corpo docente para estes mesmos cursos, mas também, realizar uma investigação antropológica nesta área da Antropologia (Ana Loforte, entrevista em 05/04/2017)³¹.

Neste contexto surge em 1999, pela primeira vez em Moçambique, a graduação em Antropologia no Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM. Na introdução do primeiro Plano Curricular do curso de Licenciatura em Antropologia, encontra-se escrito o seguinte:

A abertura da licenciatura em Antropologia pretende responder a dois tipos de inquietação: uma de ordem científica que procura aumentar a qualidade e quantidade da produção científica no campo antropológico, e outra de ordem social, que pretende preencher o vazio existente, actualmente, na análise e na tomada de decisões nos sectores que a nível da realidade do país carecem de suficiente conhecimento para uma actuação mais correcta (PCLA³², 1999, p.2).

O plano refere que a licenciatura nesta área procura “formar graduados em curto espaço de tempo que possam responder eficazmente às solicitações da realidade social” (idem, *ibid.*). Percebemos, então, a partir da contextualização histórica que realizamos até este momento e, com os trechos que acabamos de citar, a ligação que a emergência da Antropologia em Moçambique tem com o processo de (re) construção nacional. Há aqui, portanto, uma explicitação do comprometimento que a Antropologia e a formação na área devem ter com a realidade do país.

Este plano curricular e os subsequentes, estão preocupados com a resposta às solicitações da realidade social e possuem um foco bastante evidente, voltado para a formação combinada e consistente entre a teórica e prática em relação à pesquisa. Está visivelmente presente nos Planos Curriculares a preocupação com uma formação multi, inter e transdisciplinar, mas também, o diálogo entre escolas de pensamento e campos teóricos, haja visto que dentro do corpo docente, alguns dos professores do DAA, os primeiros possuem formação de base (graduação) em história e as suas formações antropológicas em países e tradições de pensamento distintas. Esta foi sempre uma preocupação do DAA, como ilustra o antropólogo Rafael da Conceição³³ (2010) em entrevista à Gazeta de Antropologia, ao ser colocado a seguinte questão:

²⁹ Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais extinta nos anos 2000.

³⁰ Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

³¹ Entrevista realizada por Hélder Amâncio nos escritórios da WLSA-Moçambique.

³² Plano Curricular da Licenciatura em Antropologia.

³³ Professor auxiliar de Antropologia do DAA/UEM aposentado. Fez a sua formação (graduação, mestrado e doutorado) em Ciências Sociais (Antropologia) na Escola de Altos de Estudos em Ciências Sociais na França.

EJ: Mas que tipo de antropólogos pretendiam formar? [Com a abertura do curso de licenciatura]
RC: Tínhamos que criar um consenso ao nível do DAA que era o seguinte: somos moçambicanos, os nossos estudantes são moçambicanos, o terreno vai ser fundamentalmente Moçambique mas a perspectiva deve ser a mais universalista possível. Isto implicava, entre várias coisas, colaborar com outras instituições, com outros antropólogos fora de Moçambique. Foi isso que nós tentámos e até um certo ponto funcionou e continua a funcionar, talvez com menos ímpeto, com uma dinâmica mais frouxa por causa de outros motivos, outras dificuldades. Decidimos diversificar as escolas, quer dizer, não nos limitarmos a enviar todos antropólogos para fazerem formação num só país mas tentar diversificar ao máximo, que era uma forma de nós termos na prática de cada um, no comportamento de cada um, a expressão de que havia ideias diferentes sobre a Antropologia e que essas deveriam ser importantes na formação dos nossos estudantes (CONCEIÇÃO, 2010, p.15).

Quando o curso de Licenciatura em Antropologia abriu, já existia o curso de Bacharelato em Ciências Sociais na UFICS, que consistia em três anos de formação em matéria de fundamentos teóricos e metodológicos básicos nesta área. Esta formação, deveria permitir o desenvolvimento de capacidades necessárias para o acesso multifacetado a licenciaturas em Antropologia, Administração Pública, Sociologia, Ciência Política, Comunicação Social, Estudos de Desenvolvimento, Relações Internacionais, Serviço Social etc. (PCBCS³⁴, 1998, p.3). A realização de cada uma destas licenciaturas exigiria mais dois anos de formação na área específica.

Seis anos depois da criação do curso de Licenciatura em Antropologia (2004), iniciaram-se sucessivas transformações curriculares relacionadas às reformas a nível da UEM, que não cabe aqui mencionar. Estas reformas conduziram a redução do tempo de formação: de cinco passou-se para o modelo de quatro anos, este último é o que vigora atualmente, conforme se pode visualizar no Plano de Estudos a seguir:

³⁴ Plano Curricular de Bacharelato em Ciências Sociais.

| Ano | Semestre | Disciplina ou Módulos | Tipo de Disciplina | Horas | Créditos |
|-----|----------|--|--------------------|-------|------------|
| 1º | 1 | Iniciação ao Trabalho Científico I | Nuclear | 180 | 6 |
| | 1 | Introdução às Ciências Sociais | Nuclear | 180 | 6 |
| | 1 | Introdução à Antropologia I | Nuclear | 180 | 6 |
| | 1 | Introdução à Arqueologia | Complementar | 128 | 4 |
| | 1 | História Económica e Social do Mundo (Séc. XVIII - XX) | Complementar | 150 | 5 |
| | 2 | Iniciação ao Trabalho Científico II | Nuclear | 180 | 6 |
| | 2 | Introdução à Antropologia II | Nuclear | 180 | 5 |
| | 2 | Moçambique Contemporâneo | Nuclear | 150 | 4 |
| | 2 | Pré-história da Humanidade | Complementar | 128 | 4 |
| | 2 | Teorias Sociológicas | Nuclear | 180 | 6 |
| 2º | 3 | História da Antropologia I | Nuclear | 180 | 6 |
| | 3 | Métodos de Investigação em Ciências Sociais (MICS) I | Complementar | 180 | 6 |
| | 3 | Antropologia da Família e do Parentesco | Nuclear | 180 | 6 |
| | 3 | Antropologia das Sociedades Rurais | Nuclear | 180 | 6 |
| | 3 | Antropologia do Ecológico | Nuclear | 180 | 6 |
| | 4 | MICS II | Complementar | 210 | 7 |
| | 4 | História da Antropologia II | Nuclear | 150 | 5 |
| | 4 | Antropologia do Simbólico | Nuclear | 180 | 6 |
| | 4 | Antropologia do Político | Nuclear | 180 | 6 |
| | 4 | Antropologia do Económico | Nuclear | 180 | 6 |
| 3º | 5 | Método Etnográfico (ME) I | Nuclear | 180 | 6 |
| | 5 | Problemáticas Teóricas e Epistemológicas em Antropologia | Nuclear | 180 | 6 |
| | 5 | Antropologia Urbana | Nuclear | 180 | 6 |
| | 5 | Disciplina Opcional I | Opcional | 150 | 5 |
| | 5 | Disciplina Opcional II | Opcional | 150 | 5 |
| | 6 | Antropologia do Desenvolvimento | Nuclear | 180 | 6 |
| | 6 | Antropologia da Cultura e Educação | Nuclear | 150 | 5 |
| | 6 | História do Pensamento Africano Cultura e Sexualidade | Nuclear | 150 | 5 |
| 4º | 7 | Antropologia em Moçambique | Nuclear | 180 | 6 |
| | 7 | Antropologia da Saúde e Doença | Nuclear | 150 | 5 |
| | 7 | Seminário de Investigação | Nuclear | 210 | 7 |
| | 7 | Disciplina Opcional III | Opcional | 150 | 5 |
| | 8 | Trabalho de Culminação de Estudos | Nuclear | 300 | 10 |
| | 8 | Disciplina Opcional IV | Opcional | 150 | 5 |
| | 8 | Disciplina Opcional V | Opcional | 150 | 5 |
| | | Total | | | 240 |

Fonte: Catálogo dos Cursos de Graduação da UEM, 2016, p. 109. Disponível em: https://admissao.uem.mz/images/documentos/Catalogo_dos_Cursos_2016.pdf

Neste Plano de estudos pode-se observar como está estruturado o curso de Licenciatura em Antropologia na UEM. O primeiro ano de formação voltado às disciplinas introdutórias às Ciências Sociais no geral e à Metodologias Pesquisa. No segundo ano, os estudantes começam a ter uma aproximação mais aprofundada nas especificidades temáticas diversas que a Antropologia aborda, acompanhada de Metodologias de Investigação em Ciências Sociais. As diversas disciplinas com temáticas específicas

abordadas pela Antropologia vão do segundo ao quarto ano. No terceiro ano os estudantes são desafiados a fazer pesquisa com recurso à etnografia e a problematizar teoricamente as informações produzidas. E, finalmente no quarto ano espera-se que os estudantes sejam capazes de usar as ferramentas adquiridas ao longo da formação para conceber um projeto de pesquisa, levar a cabo uma pesquisa concreta e produzir um relatório de pesquisa denominado Trabalho de Culminação de Estudos (TCE) que os vão conferir o grau de Licenciados em Antropologia.

Os fundamentos Históricos, teóricos e metodológicos da Antropologia atravessam toda a grade curricular em diferentes disciplinas e formatos. As disciplinas opcionais permitem uma formação multi e interdisciplinar, na medida em que os estudantes podem buscar em outros cursos de Ciências Sociais disciplinas que julgarem úteis para enriquecerem a sua formação.

4 DA GRADUAÇÃO À PÓS-GRADUAÇÃO: A EMERGÊNCIA DO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL NA UEM

Acho que nós começamos a desenhar o Mestrado em 2009, 2010. Eu era diretor do curso de licenciatura, criou-se um grupo (...) que era para desenhar o Mestrado. Na altura, sentíamos que tínhamos que avançar para a pós-graduação, que se quiséssemos construir um Departamento sólido, ao nível da Antropologia, tinhamos que ter a coragem de ir para a pós-graduação, porque a graduação tinha nos esgotado, estava a começar a entrar na rotina de fazer do mesmo³⁵.

A Antropologia como curso em Moçambique está em franca expansão, numa dinâmica própria. A criação recente (em 2015) da pós-graduação (Mestrado) em Antropologia Social na UEM e sua abertura em 2016, seguida da criação do curso de graduação em Antropologia na Universidade Pedagógica³⁶ (UP) em 2017 e sua posterior abertura em 2018³⁷, ambas Universidades Públicas testemunham esse fato. Ao nível do ensino superior privado, serve igualmente como exemplo da expansão do curso de Antropologia, a abertura da Licenciatura (graduação) e do Mestrado em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento em 2009 pela Universidade Católica de Moçambique³⁸ (UCM).

³⁵ Entrevista concedida à Hélder Amâncio no dia 16.04. 2018, Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM. Elísio Jossias é professor de Antropologia e coordenador da pós-graduação (Mestrado) em Antropologia Social da UEM, bacharel em Ciências Sociais e Licenciado em Antropologia pela UEM, mestre em Antropologia pelo ISCTE e Doutorado em Antropologia pelo ICS- Universidade de Lisboa.

³⁶ A UP, inicialmente designada Instituto Superior Pedagógico é atualmente a maior Universidade pública de Moçambique, fundada em 1985, com a missão de formar professores. Seu modelo foi influenciado pelo projeto socialista europeu (MENESES, 2016, p.358). Segundo António Gonçalves (2018), nos últimos 5 anos a UP ampliou o seu foco, passando a oferecer cursos em outras áreas de conhecimento, tais como: agronomia, informática, medicina, contabilidade, gestão, recursos humanos, etc., que não são apenas os de magistérios, que eram a sua principal vocação (GONÇALVES, 2018, p.54). Para este autor, eventualmente esta ampliação se explique pela necessidade de atender a demanda pela educação superior.

³⁷ https://comissao.up.ac.mz/Edital_Aprovado_da_UP_2018.pdf.

³⁸ Disponível em: <http://www.ucm.ac.mz/cms/node/158> - graduação e <http://www.ucm.ac.mz/cms/node/204> - mestrado. A UCM é uma das primeiras Universidades privadas que surge em Moçambique a partir de 1995 (LANGA, 2006; 2010; 2013; 2014; LANGA & ZAVALÉ, 2015). Segundo este autor, neste período verifica-se um rápido crescimento das instituições de ensino superior, e três fatores são por ele identificados como responsáveis por isso, nomeadamente: 1- a escassez de pessoal qualificado, escassa oportunidade de frequentar uma IES e a enorme demanda social por elas; 2- A aprovação da Lei 1/93 que

O desenho/projeto do Mestrado em Antropologia Social na UEM tem uma história. Como nos contou o coordenador do curso Elísio Jossias, o debate sobre a criação e as condições de realização deste projeto, vinha ocorrendo pelo menos desde 2009 ao nível interno do DAA. Segundo ele, vários elementos motivaram a realização deste projeto de formação em Antropologia Social ao nível da pós-graduação na UEM: a) A necessidade de solidificar o departamento; b) O esgotamento da graduação pelo trabalho rotineiro de reprodução da Antropologia através do ensino (no período laboral e pós-laboral o que consumia muito tempo e não permitia espaço para a pesquisa); c) A insatisfação com a dinâmica do trabalho no Departamento e a necessidade de levar professores e estudantes a engajarem-se na realização de pesquisas de forma mais consistente, desafios que a licenciatura não respondia. Portanto, a vontade de sair do conforto à luz das experiências mundiais da Antropologia e o impulso dos jovens antropólogos que entravam/entram para o Departamento galvanizaram a concretização desse projeto.

Além destas motivações internas ao próprio DAA, há que ter em conta, por outro lado outros elementos institucionais associados, tais como: a Política do Ensino Superior em Moçambique e o próprio Plano Estratégico da UEM, como referiu Sandra Manuel³⁹:

(...) a UEM está a demarcar-se das outras instituições do ensino superior enfatizando a pós-graduação⁴⁰, quer se tornar uma universidade de investigação⁴¹ e com graduação não é possível, por isso então, o investimento na pós-graduação. Também há muita pressão porque todos os outros Departamentos da FLCS⁴² já tinham mestrado, Antropologia era o único que ainda não tinha, mas acho que aí há uma coisa boa do espírito do Departamento de Antropologia, não é criar só por criar, porque todo mundo já tem, que é a tal mediocridade que eu digo, que é a cerca de ele fez, nós também vamos fazer, mas quais são as condições, o que tens para dar, qual é a tua filosofia e o Departamento nisso é muito focado, não temos condições, não vamos abrir, não temos pessoal docente, é para licenciados darem aulas no mestrado ou outros mestrados darem no mestrado? Ou virem docentes de fora para dar, não! Vamos nos organizar, fomos a formação, estamos a voltar, quando tivermos pessoal havemos de avançar. Não tem salas, não tem material didático, não tem bibliotecas para fazermos um mestrado de qualidade, não tem acesso a base de dados para os estudantes estarem a par do que se produz hoje, 2018, não artigos produzimos em 1965, para nós escrevermos hoje em 2018, então foi passando, mas chegou. De fato, acho que estávamos minimamente preparados. Já tinha um pessoal doutorado de volta e foi em 2016? 2015 né, que abriu, estamos em 2018 agora, este ano é o segundo ano, 2016! Yah, eu tenho problema com as datas, 2016, exatamente! 2017, foi ano passado eles [os mestrados] foram ao terreno, foi 2016 que começou. Então, sim o mestrado emergiu nessas circunstâncias, acho que é um mestrado que apesar de tudo nós queríamos (Sandra Manuel, entrevista em 20/03/2018)⁴³.

criou as condições legais que favoreciam a criação de IES privadas e; 3- a vontade e intervenção do governo no sector, "além do contexto macropolítico e económico de paz, estabilidade, democracia e crescimento económico" (Idem, p.371-372).

³⁹ Professora de Antropologia do DAA e assessora do Reitor da Universidade Eduardo Mondlane.

⁴⁰ Lembrando que os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), particularmente em Ciências Sociais tem uma história muito recente em Moçambique (CRUZ & SILVA, 2015, p. 272).

⁴¹ Como refere Langa (2014, p.373) "não temos ainda no país uma instituição que se possa afirmar de orientação para a investigação e que tenha um perfil correspondente".

⁴² Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

⁴³ Entrevista concedida à Hélder Amâncio nos escritórios da Kaleidoscópio. A Kaleidoscópio é uma instituição de investigação criada por moçambicanos em 2012, voltada à estudos em políticas públicas e cultura na qual Sandra Manuel é pesquisadora. Para mais informações veja-se: <http://www.kaleidoscopio.co.mz/sobre-nos/nossa-abordagem/>.

Os argumentos de Sandra Manuel, são similares ao de Elísio Jossias. Para ela, o contexto institucional interno ao departamento e mais amplo, a nível da própria Universidade, é que impulsionaram o surgimento do Mestrado em Antropologia Social na UEM. Ela fez referência, do ponto de vista institucional ao atual Plano Estratégico da UEM 2018-2028, cujo objetivo é transformar a UEM numa Universidade de investigação⁴⁴. A efetivação deste objetivo só é possível mediante formação de investigadores, papel que cabe à programas de pós-graduação (ao nível de mestrado e doutorado), sendo, portanto, necessário criá-los para a formação a esses níveis.

No caso da Antropologia, Sandra Manuel argumenta que a abertura da pós só foi possível em 2016, por um lado, pelo impulso institucional mais amplo, da Política do Ensino Superior e do Plano Estratégico da UEM, por outro, a necessidade do próprio Departamento, mas também, sua organização para o efeito, em termos de criação de condições: especialmente, a formação de pessoal docente moçambicano que pudesse assegurar o curso com qualidade e infraestruturas (sala de aulas, por exemplo), onde as atividades letivas pudessem ter lugar, como argumentado na proposta curricular:

Volidos 16 anos de gestão e leccionação da licenciatura em Antropologia⁴⁵ o DAA acumulou experiência e criou capacidade humana e material. Este crescimento traduziu-se no crescente número de docentes do departamento com o grau de Doutor, assim como na existência de parcerias com outras universidades com experiência de leccionação de mestrado em Antropologia, o que abre espaço para que o DAA possa iniciar a oferta de cursos de pós-graduação. Assim sendo, consubstancia-se o segundo ciclo de formação a nível do ensino superior [mestrado], conforme o artigo 7º da LES⁴⁶, que complementa a oferta presente que se restringe ao nível da graduação (PCMAS⁴⁷/DAA-UEM, 2015, p.1-2).

Além de uma leitura burocrática das motivações que possibilitaram a criação deste Mestrado, é indispensável compreender a sua emergência do ponto de vista de uma perspectiva histórica, ligada a trajetória da disciplina no período pós-independência em Moçambique e, à história do país.

Já trouxemos lá atrás um conjunto de informações históricas que nos parecem centrais, para compreender este processo. Como podemos observar a partir dos depoimentos dos atores intervenientes nesse processo, a questão da formação qualificada de quadros em Antropologia aparece como uma preocupação do DAA pelo menos desde os anos 1980, com o (re) surgimento da disciplina no país. Este número crescente de Professores Mestres e Doutores moçambicanos em Antropologia capazes de assegurar a formação tanto na graduação e a sua continuidade na pós-graduação é fruto desta

⁴⁴ Veja-se a esse respeito o Informe Anual do Reitor da UEM-2018, disponível em: <http://www.uem.mz/images/pdfs/informe-reitor-2018.pdf>.

⁴⁵ O primeiro curso de Licenciatura em Antropologia foi introduzido pelo DAA em 1999. O mesmo coincide com a extinção da UFICS, passando o curso para a Faculdade de Letras.

⁴⁶ Lei do Ensino Superior – Moçambique. A literatura sobre o Ensino Superior em Moçambique periodizada a sua história em três fases: primeira fase, colonial de 1962-1975; a segunda fase, pós-colonial que se subdivide em duas, a primeira do experimento socialista de 1975-1987 e a segunda que também se pode considerar a terceira, de abertura democrática multipartidária e de liberalização da economia, que vai de 1990 até a atualidade (LANGA, 2006, 2010, 2013, 2014; BEVERWIJK, 2005; MÁRIO *et al.*, 2003).

⁴⁷ Proposta Curricular do Mestrado em Antropologia Social.

preocupação que aparece expressa nas entrevistas anteriormente citadas de Ana Loforte e Rafael da Conceição. A formação é vista por este e outros atores como fundamental para a (re)produção da própria disciplina.

Nesse sentido, observamos e defendemos que há uma continuidade histórica da graduação à pós-graduação⁴⁸ relativa à preocupação com formação antropológica de quadros, em qualidade e quantidade, mas também, em termos de linhas de pesquisa. Entretanto, o trecho da entrevista citada em epígrafe no início desta seção sugere que para além da continuidade, há igualmente uma ruptura que a pós-graduação visa levar a cabo, relativamente a dinâmica rotineira que a graduação estaria a conduzir, baseada na reprodução do conhecimento antropológico e com pouco investimento na pesquisa. Os atores deste processo observam uma desvinculação entre ensino e pesquisa nos últimos anos, que estava presente no início da formação antropológica. A pesquisa constitui uma peça fundamental de reprodução da disciplina ao possibilitar novos conhecimentos e a melhoria dos processos de ensino e formação. Este argumento é vincado pela antropóloga Iraê Lundin (1991) na introdução ao “Projeto de formação básica para estudantes do curso de História, Dentro da Área Específica de Antropologia Social” proposto no início dos anos 1990, no qual ela refere que:

A República de Moçambique tem no espaço geográfico que compreende o seu território, um mosaico de diferentes grupos populacionais com diferentes organizações sociais. Diferenças estas que se manifestam na língua, na história, e no modelo cultural destes povos. Com quinze anos de independência, e uma colonização pouco interessada, por várias razões, em realizar estudos sérios sobre os diferentes universos culturais dos diferentes grupos populacionais, encontramos-nos hoje, em um semi-vácuo. Vácuo sobre o conhecimento da identidade – ego e personalidade – do próprio homem moçambicano. *Para o preenchimento deste vácuo faz-se necessário, entre outras medidas, a formação de cientistas sociais na área de antropologia (social), para levar a cabo investigações que façam aflorar informações importantes, apresentadas de maneira sistematizada, para o conhecimento do homem enquanto ser social.* Falamos, portanto, do estudo das diferentes organizações sociais dos grupos populacionais que habitam o território Moçambicano, e que compõem a totalidade de sua população. A necessidade de um melhor conhecimento da nossa própria realidade é real, e sentimo-la no dia a dia com fatos concretos – fatos reais que vão formando a nossa história. Para além disso, os inúmeros pedidos de apoio que chegam ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, sobre estudos, análises e formulação de hipóteses ligadas à diferentes problemáticas, para trabalhos, para elaboração de estudo e avaliação de projetos, testemunham a necessidade deste conhecimento de maneira sistematizada e bem elaborada, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista metodológico⁴⁹ (LUNDIN, 1991, p.1 destaque nosso).

⁴⁸ Se no Brasil, a institucionalização da Antropologia se deu por vinculação direta do campo antropológico com a pós-graduação, decorrente da inserção da Antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais ou Sociologia e Política e a ausência da graduação em Antropologia como nos mostram as antropólogas Bela Feldman-Bianco (2018, p.29) e Miriam Pillar Grossi (2006, p.7-8), no caso de Moçambique acontece o contrário, a institucionalização da Antropologia se dá, no contexto do pós-independência primeiro por via da graduação (1999) e só mais recentemente foi criada a pós-graduação (2015) no ensino superior público – UEM.

⁴⁹ De acordo com Vitor Alexandre Lourenço (2009, p.117), “Iraê Lundin tomou a liderança intelectual de alguns desses debates científicos [debates políticos e académicos sobre o desenvolvimento em Moçambique], tendo produzido uma gama de trabalhos académicos e actuou, de 1991 a 1995, como coordenadora do projecto intitulado *Autoridade e Poder Tradicional* (Lundin e Machava, 1995)”. Como referimos em outro momento lá atrás a perda do apoio populacional por parte da FRELIMO, resultante da sua postura ideológico-política contra as tradições fez com que a partir dos finais dos anos 1980 e início de 1990 mudasse

O vácuo sobre o conhecimento apontado por Iraê Lundin no início dos anos 1990 está muito longe de ser superado. O desafio permanece e, com as rápidas mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas, outros desafios se impõem. Um deles é a necessidade de pensar e “pesquisar o estado atual da arte – [do] ensino⁵⁰ e prática de antropologia, com ênfase nas novas inserções no mercado de trabalho...” como apontou a antropóloga americana Cláudia Fonseca (2004, p.69) no caso brasileiro. Parece-nos válido igualmente para o caso moçambicano o argumento avançado por Claudia Fonseca, segundo o qual, “se quisermos que a antropologia continue a crescer e fazer sentido no contexto contemporâneo, temos de unir as forças para pensar a atual conjuntura e planejar o futuro deste campo”⁵¹ (FONSECA, 2004, p.69).

Além dos desafios, há que reconhecer também as vitórias alcançadas pela Antropologia ao longo desses anos de luta. Uma delas é a valorização da diversidade cultural declarada na Constituição da República de Moçambique⁵² como podemos observar em alguns dos seus artigos 3º, 4º, 9º, 115º. As outras conquistas são a criação dos cursos de graduação e pós-graduação mais recentemente, com todos os enormes desafios⁵³ que implicam manter estes cursos, especialmente voltados para as ciências sociais num contexto como o de Moçambique.

REFERÊNCIAS

BEVERWIJK, Jasmin Matthea Rachel. **The Genesis of a System: A coalition formation in Mozambican higher education, 1993–2003**. CHEPS/University of Twente, 2005 Disponível em: <https://www.utwente.nl/en/bms/cheps/education/phd-page/cheps-alumni-and-their-theses/ProefschriftFinal.PDF>.

CORRÊA, Mariza. Damas e Cavalheiros de fina estampa, dragões e dinossauros, heróis e vilões. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.) **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, p.105-110, 2006 Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf>.

CRUZ & SILVA, Teresa. O lugar das ciências sociais como de mudanças: o caso de Moçambique. In: CRUZ & SILVA, Teresa; CASIMIRO, Isabel (Org.). **In: A Ciência ao serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa**. Dakar: CODESRIA, p. 267-277,

de abordagem, passando a prestar maior atenção às instituições políticas tradicionais, (antes vistas como um problema/ameaça à construção do Estado-nação).

⁵⁰ Em Moçambique precisa-se construir um conhecimento sistematizado sobre a história da disciplina, como referiu Mariza Corrêa (2009, p.109) para o caso da Antropologia no Brasil, consideramos igualmente válido para o caso de Moçambique a busca por um saber sobre como se dá o processo de transmissão da Antropologia nos cursos de graduação e pós-graduação.

⁵¹ Como apontou Esmeralda Mariano (2017, p.22) “Em Moçambique temos produzido conhecimento para responder a prioridades e problemas emergentes. O problema é que dentro da academia usamos instrumentos, critérios e parâmetros desfasados da realidade atual. Se calhar temos medo de afirmar e assumir que a tradição oral, outras linguagens corporais e tecnologias podem e devem ser apropriadas e reconhecidas na produção do conhecimento e como produção”.

⁵² Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>.

⁵³ Alguns dos desafios são apontados por Ana Loforte no texto “*Social science in Mozambique: current perspectives and the outlook for the future*”, escrito em 1997 e que continuam atuais.

2015 Disponível em:

<http://www.ios.sinica.edu.tw/cna/download/proceedings/15.Langa.Mozambique.pdf>

https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_As%20ci%EAncias%20sociais%20no%20contexto%20do%20Ensino%20Superior%20em%20Mo%E7ambique.pdf

https://open.uct.ac.za/bitstream/handle/11427/11301/thesis_hum_2006_langa_p_v.pdf?sequence=1

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjLstGen53eAhWLF5AKHWgIAo4QFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Fwww.codesria.org%2FIMG%2Fpdf%2F13_silva-o_lugar_das_ciencias_sociais_como_motor_de_mudanca.pdf%3F4133%2F6b53564410423b2e85b8d489d8799044fb925a61&usq=AOvVawIF8lxMgR05s_GIzfEFwSVP

DUARTE, Ricardo Teixeira. Arqueologia da idade do ferro em Moçambique. In: **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Maputo: DAA/UEM, p.57-74, 1988.

FELDMAN-BIANCO, Bela. A expansão da pós-graduação em Antropologia: alcances e desafios. In: SIMÃO, Daniel Schroeder; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios**. Rio de Janeiro: ABA, 2018 Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/20181203_5c0580e4d5039.pdf.

FERNANDES, Carlos. **Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós – independente: O caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990**. Tese de doutorado em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA: Bahia, 2011 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23937/1/tese_CMDFernandes.pdf.

FIALHO, José. Alguns dados sobre Antropologia em Moçambique. In: **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. Nº2, Maputo: DAA/UEM, p.13-36, 1987.

FONSECA, Claudia. Antropólogos para quê? O campo de atuação profissional na virada do milênio. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Org.) **O campo da Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA, p.69-92 2004.

GONÇALVES, Antônio Cipriano Parafino. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 37-57, 2018 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n1/1982-5765-aval-23-01-00037.pdf>.

GROSSI, Miriam. Ensino de Antropologia: uma “velha história” na ABA. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.) **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, p.7-14, 2006 Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf>.

HALKES, Jan e OPPPEWAL, Jolke. **Moçambique, socialismo e solidariedade**. Amsterdam: Fundação Eduardo Mondlane, 1989.

HONWANA, Alcinda. **Espíritos vivos e tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique**. Maputo: PROMÉDIA, 2002.

LANGA, Patrício V. and ZAVALÉ, Nelson C. Private higher education in Mozambique: an overview of a growing subsystem. **Working Papers in Higher Education Studies**, 1(2), p.89-109, 2015 Disponível em: <http://www.wphes-journal.eu/index.php/wphes/article/viewFile/37/20>.

LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. In: BRITO, Luís *et al.* (Org.). **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: IESE, p. 364-395, 2014 Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_13_EnsSup.pdf.

LANGA, Patrício Vitorino. **Higher Educational in Portuguese speaking Countries: A five countries baseline study**. Cape Town: African Mind, 2013 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_In_Portuguese_speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study.

LANGA, Patrício Vitorino. Poverty Fighters in Academia: The Subversion of the Notion of Socially Engaged Science in Mozambican Higher Education. In: **Institute of Sociology Academia Sinica and the National Associations Liaison Committee of the ISA**, p.245-267, 2010 Disponível em: <http://www.ios.sinica.edu.tw/cna/download/proceedings/15.Langa.Mozambique.pdf>.

LANGA, Patrício Vitorino. **The Constitution of the Field of Higher Education Institutions in Mozambique**. Unpublished Master's Dissertation. Cape Town: University of Cape Town Library, 2006 Disponível em: https://open.uct.ac.za/bitstream/handle/11427/11301/thesis_hum_2006_langa_p_v.pdf?sequence=1.

LOFORTE, Ana Maria. Prefácio. In: **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia**. N°2, Maputo: DAA/UEM, p.1-2, 1987.

LOFORTE, Ana. Prefácio. In: **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia – Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia**. N°2, Maputo: DAA/UEM, p.1-2, 1987.

LOFORTE, Ana. Social science in Mozambique: current perspectives and the outlook for the future. In: ALMEIDA, Ana Nunes de (Edit.). **Social Knowledge: Heritage, challenges, perspectives**, vol. 6 Lusophony World: Terra Nostra: Challenges, Controversies and Languages for Sociology and the Social Sciences in the 21st Century. Proceedings of the ISA Regional Conference for the Lusophone World Lisboa, Portugal, November, p. 75-84, 1997 Disponível em: <https://www.isa-sociology.org/uploads/files/Chapter%206.pdf>.

LOFORTE, Ana. Trabalhos realizados no âmbito da Antropologia em Moçambique. In: **Revista Trabalhos de Arqueologia e Antropologia – Primeiro Seminário Interdisciplinar de Antropologia**. N°2, Maputo: DAA/UEM, p.61-66, 1987.

LORENÇO, Vitor Alexandre. Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas. In: **Cadernos de Estudos Africanos**, p.115-138, 2009 Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/189>.

MACHEL, Samora. **A classe trabalhadora deve exercer o poder na frente da ciência e da cultura**. Maputo, 1º de maio de 1976.

MÁRIO, Mouzinho; FRY; Peter; LEVEY, Lisbeth and CHILUNDO, Arlindo. **Higher Education in Mozambique**. Oxford: James Currey, 2003 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study.

MATSINHE, Cristiano. Estratégias e “estrategismos” contra o HIV/SIDA. In: **Tábula Rasa: dinâmicas da resposta moçambicana ao HIV/SIDA**. Maputo: Textos editora, p.21-74, 2005.

MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Edições Afrontamento, 1995.

MENESES, Maria Paula. **As ciências sociais no contexto do ensino superior em Moçambique: dilemas e possibilidades de descolonização**. Perspectiva, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 338-364, 2016. Disponível em:

https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_As%20ci%EAncias%20sociais%20no%20contexto%20do%20Ensino%20Superior%20em%20Mo%E7ambique.pdf

NGOENHA, Severino. Por um pensamento engajado. In: NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Pensamento engajado: ensaios de filosofia africana, educação e cultura**. Universidade Pedagógica: Editora Educar, p.13-40, 2010.

NKWI, Paul Nchoji. Antropologia na África pós-colonial: o debate da sobrevivência. RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (Org.) **Antropologias Mundiais: transformações disciplinares em sistemas de poder**. Brasília: UNB, p.221-224, 2012.

PIMENTA, Denise; MONTINHO, Laura. Um encontro com a Esmeralda: reflexões sobre o fazer antropológico em Moçambique e alhures. **Revista Cadernos de Campo**, n. 23, | p. 13-24, 2017.

Documentos consultados:

DAA/UEM. **Circular sobre Seminário de Antropologia: “Origens Urbanas na Costa Oriental de África”**. Maputo: UEM, 1990.

DAA/UEM. **Currículos de Licenciatura em Antropologia**. Maputo: UEM, 1999, 2005, 2009.

DAA/UEM. **Plano Curricular do Mestrado em Antropologia Social**. Maputo: UEM, 2015.

DUARTE, Ricardo Teixeira. **Relatório de Arqueologia**. Maputo: DAA/UEM, 1985.

LUNDIN, Iraê. **Projeto de formação básica para estudantes do curso de história, dentro da área específica de Antropologia Social (esboço de proposta)**. Maputo: DAA, 1991.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. 2004.

UEM-MOÇAMBIQUE. **Reunião Anual - Informe do Reitor 2018**. Maputo: Gabinete do Reitor, 2018. Disponível em: <http://www.uem.mz/images/pdfs/informe-reitor-2018.pdf>.

UFICS/UEM. **Currículo de Bacharelato em Ciências Sociais**. Maputo: UEM, 1998.